UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
ORÇAMENTO PÚBLICO

ANÁLISE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2020 DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

ANA LAURA LAVOR DE CASTRO, LÉYA LIMA FONTENELE E MARIA JÉSSICA DE SOUSA ALVES

FORTALEZA
2019

1. INTRODUÇÃO

Com base nas propostas do Orçamento Participativo para o ano de 2020 do município de Fortaleza, escolheu-se o Território 33, que é composto pelos bairros Conjunto Palmeiras e Jangurussu, para uma análise das propostas referentes ao território mencionado com o objetivo de compreender o papel do orçamento participativo para a implementação de políticas públicas que condizem com o anseio dos atores sociais envolvidos, seja a população ou a alta administração municipal.

Para uma melhor compreensão do texto pelo leitor e posteriormente para apresentação à Câmara dos Vereadores de Fortaleza, dividiu-se o relatório nas seguintes seções: análise da proposta 1, na temática de infraestrutura, com destaque para despesa/receita no orçamento anterior e experiências in loco; análise da proposta 2, na temática de habitação, direcionando também o debate para as despesas/receitas no orçamento anterior e as percepções em comunidade.

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

2.1 INFRAESTRUTURA: "Transformação de um Complexo de Cidadania dentro do terreno do Centro de Cidadania Evandro Ayres de Moura no Conjunto Palmeiras, contendo o posto de saúde (já existe), CRAs, ecoponto, ginásio poliesportivo, campo de futebol, pista de skate, piscina, etc." (Prefeitura de Fortaleza, 2019).

A proposta do Sr. Marcos Paulo Lopes de Sousa Cavalcante é uma demanda antiga e urgente desse território, uma vez que as externalidades positivas geradas pelas boas interferências na infraestrutura não se limitam somente a um bairro específico e extrapola as delimitações geográficas.

O bairro Conjunto Palmeiras tem uma história antiga no que diz respeito à luta por melhorias de infraestrutura. Desde a sua criação, tudo que foi construído e conquistado para o bairro é fruto de muita articulação e resistência comunitária. Desse modo, segundo uma matéria publicada no Diário do Nordeste (2012), o então coordenador do Banco Palmas afirma que as construções das primeiras infraestruturas na década de 1990 se deram a partir do regime de mutirões organizados pelos moradores a fim de construir uma praça, sistema de drenagem, esgoto e somente na década seguinte começaram a pensar nas estratégias viáveis para fomentar o desenvolvimento econômico do bairro.

O bairro Jangurussu, por sua vez, compartilha das mesmas problemáticas do Conjunto Palmeiras e possui uma forte articulação comunitária na luta por questões habitacionais e de infraestrutura. Falta de uma rede de esgoto, saneamento e drenagem que funcionem efetivamente são questões que assolam não somente os bairros do território 33, mas como todos os outros bairros de IDH baixos da cidade de Fortaleza. Outro problema recorrente é a acumulação de lixo que impossibilita o escoamento regular da água nas épocas de chuvas, agravando ainda mais a situação da população residente em termos sanitários, de saúde e de infraestrutura.

Ao tratarmos de prioridades, têm-se notado um crescente esforço do poder público em lidar com tais questões a partir da criação da plataforma de planejamento Fortaleza 2040, que possui vertentes ligadas às questões urbanísticas, mobilidade urbana e desenvolvimento econômico e social. Além da iniciativa do Fortaleza 2040, foi lançado no último mês de junho de 2019 o Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza (Proinfra) que visa atender aproximadamente 30 bairros de Fortaleza, incluindo os bairros dos território 33 por fazerem parte do grupo de menores IDH's da cidade.

Em termos orçamentários, as dotações de infraestrutura voltadas para esses bairros na LOA 2019 se concentram nas ações expostas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Propostas priorizadas para os bairros do território 33 no Ciclo de Planejamento Participativo de 2018.

Posição	Votos	Temas	Propostas Priorizadas
2	369	Infraestrutura	Conclusão do canal de esgoto que se inicia na rua Avaré e termina na rua Maguari, no Conjunto Palmeiras II.
3	224	Infraestrutura	Implantação de uma praça com playground e academia no terreno em frente ao CSU Evandro Ayres de Moura, no Conj. Palmeiras.

Fonte: Elaborado a partir da Lei Orçamentária Anual de 2019, (nº. 10.841), 2018.

Como pôde ser observado, os bairros receberam atenção nas áreas de saneamento, esgoto e na reestruturação de equipamentos de promoção de lazer, saúde e cidadania, bem como de pavimentação asfáltica, que poderá ser observado na tabela 1 mais adiante. Desse modo, é possível ver que os esforços voltados para essas questões existem, mas ainda há muito que ser

feito em prol desses bairros uma vez que as ações são pontuais e necessitam ser feitas em larga escala juntamente com a população a fim de garantir que o que foi feito também seja preservado por quem usufrui.

2.2 HABITAÇÃO: "Construção de 2.000 unidades habitacionais para as famílias carentes do território 33 (Conjunto Palmeiras e Jangurussu)." (Prefeitura de Fortaleza, 2019)

Proposta de autoria do Sr. João Evangelista de Sousa, é uma reivindicação social antiga. Dentro do contexto municipal, o Conj. Palmeiras desde sua gênese, em 1973, foi construído de forma errônea, em que o poder público retirou a população da área litorânea para a região que hoje se encontra o bairro, local que não possuía as mínimas condições de habitação, a energia elétrica e saneamento, por exemplo, foram demandas conquistadas pela própria população depois de muitos protestos e lutas sociais.

Dessa forma, por ser um bairro que não foi originado a partir de um planejamento eficaz e que de acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE possui 36.599 habitantes, suas demandas aumentaram nos dias atuais e se tornaram mais complexas, principalmente na temática de habitação, haja visto que no primeiro semestre de 2019, os casos de enchentes prejudicaram de forma acentuada essa população, que infelizmente, mora numa área classificada de risco da cidade, por residir muito próximo da barragem do Rio Cocó.

Já o bairro Jangurussu possui uma peculiaridade em relação ao tema habitacional, já que dentro de sua história, foi alvo, em 2006, do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, ou seja, o bairro já possui uma semente de planejamento de unidades habitacionais, entretanto, o que se analisa é que mesmo sendo o foco do Programa, de acordo com a pesquisadora Sharon Dias (2013),

> os impactos socioespaciais no cerne do processo de remoção e realocação das comunidades geraram novos fatores de risco para a população envolvida, tais como o aumento da violência, uso de drogas, disputa de grupos pelo território, acentuando as desigualdades socioespaciais, interferindo diretamente nas relações cotidianas. (Dias, 2013, pág. 121)

Dito isso, fica claro que as intervenções do Estado que não são construídas junto à comunidade, tendem a ser fomentadoras de novos problemas sociais. O bairro Jangurussu possui 50.479 habitantes e por uma falha na política habitacional desenvolvida pelo poder público, possui o problema habitacional como um dos seus principais.

Assim, pelo contexto social e demográfico dos bairros, o tema habitacional deve ser inserido na agenda de prioridades do orçamento participativo. Os bairros estudados sofrem com moradias em locais impróprios e irregulares, inchaço populacional e outros fatores como deficiência no saneamento básico e segurança pública, logo, entre tantos direitos sendo usurpados, a construção de moradias dignas pode ser um passo para a conquista dos outros.

Em conformidade com o Plano de Trabalho Técnico e Social da Prefeitura de Fortaleza, é visto que o território 33 em questões de habitação, exige uma atenção maior.

> A seleção das duas comunidades a serem contempladas com esta intervenção justifica-se pelo fato de suas moradias estarem edificadas em terreno irregular, boa parte na faixa de preservação ambiental, em locais sujeitos a alagamento, inundações e outros riscos, dificultando o escoamento das águas pluviais e favorecendo a existência contínua de vetores de riscos e a ocorrência de desastres, que exigem a imediata assistência governamental.Outros aspectos levados em consideração para a elegibilidade das áreas dizem respeito aos seus acelerados processos de degradação ambiental, as precárias condições estruturais e de infraestrutura de suas edificações e a subutilização dos recursos hídricos como potencial de lazer (Plano de Trabalho Técnico e Social, Prefeitura de Fortaleza, 2006, p. 94).

Com relação ao Orçamento anterior, de 2019, veja a Tabela a seguir:

Tabela 1 - Despesas e Receitas Orcamentárias dos Bairros Conjunto Palmeiras e Jangurussu, no ano de 2019.

DESPESAS	VALORES	RECEITAS	VALORES
Pavimentação da Travessa Ismael Silva - Conj. Palmeiras; Ruas Rafael Pereira e Miguel Guimarães - Lagoa Redonda;	R$ 150.000	Recursos destinados ao Meio Ambiente - Fundo de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA)	R$ 3.620.724
Regularização Fundiária - Rio Cocó	R$ 324.000	Recursos destinados ao Meio Ambiente - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano(FUNDURB)	R$ 18.553.585
Pavimentação asfáltica em vias do Bairro Jangurussu	R$ 100.000		

Fonte: Elaborada a partir dos dados da Lei Orçamentaria Anual de 2019, (nº 10.841), 2018.

Como pode ser observado, as despesas no Orçamento de 2019 direcionadas a estes bairros foram relacionadas a pavimentação de ruas e a regularização fundiária do Rio Cocó, mas nada que fosse direcionado exclusivamente ao tema habitacional, embora no Orçamento Participativo do mesmo ano, foram demandas obras de intervenção infra estrutural. Com relação às receitas, não constatamos nada direcionado também, mas como os bairros analisados possuem uma forte influência do Rio Cocó, principalmente o Jangurussu, estes podem receber as externalidades positivas do que é realizado no próprio rio ou barragem.

Findando a análise sobre o tema habitacional no território 33, relata-se o que é possível verificar na comunidade visitada com relação ao que é demandado na proposta do Sr. João de Sousa, de que a construção de mais unidades habitacionais é necessária para suprir uma demanda da população, que ainda mora em locais impróprios e inseguros, acarretando muitas doenças que poderiam ser evitadas e trazendo o sentimento de dignidade e reconhecimento como cidadãos.

3. REFERÊNCIAS

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. . Censo Demográfico de 2010 - IBGE: **Características da população e dos domicílios Resultados do universo.** 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 10 set.. 2019.

DIAS, Sharon Darling Araujo de. **Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza-Ceará: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu.** Dissertação (Dissertação em geografia). UECE. 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmdocuments/sharon_dias_dissertacao1.pdf>. Acesso em: 10 set. de 2019.

FORTALEZA, Prefeitura de. Lei n° 10.841, de 14 de dezembro de 2018. Estima a receita fixa a despesa do Município de Fortaleza/CE para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências.. **Lei Orçamentária Anual 2019**: Legislação Municipal. 2018. Disponível em: <https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br/images/Publicacoes/LIVRO_LOA_2019_FINAL.pdf>. Acesso em: 10 set. de 2019.

_____, Ciclo de Planejamento Participativo 2019. **Canal de Planejamento e Gestão**. Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br/menu-programas/ciclo-planejamento>. Acesso em: 17 set. 2019.

NORDESTE, Diário do. Conjunto Palmeiras quer melhorias na infraestrutura. **Caderno de negócios**. Fortaleza, 2012. Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/conjunto-palmeiras-quer-melhorias-na-infraestrutura-1.605187>. Acesso em: 17 set. 2019.